

COMISSÃO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA CMMC

51ª REUNIÃO ORDINÁRIA

17 de agosto de 2022 | local: **Videoconferência** | Horário: 10h

Coordenador geral: Marcos Oliveira Libório (SEMAM)

Coordenador técnico-executivo: Eduardo Kimoto Hosokawa (SECLIMA/SEMAM)

Relator: Thiago Luiz Silva (SEMAM)

Conselheiros presentes: Srs (as) Eduardo Kimoto Hosokawa (SECLIMA/SEMAM), Greicilene Pedro (SECLIMA/SEMAM), Edson Zeppini (GPM), Ilza Melo Nigra (DICOM), Rosana Alo Maluza Braga (SEDURB), Franco Cassol e Victor Arroyo do Valle (Defesa Civil), Ana Paula Nunes Viveiros Valeiras e Arthur Souza (SMS), Carlos Tadeu Eizo (SESERP), Adilson Luiz Gonçalves e Tamara Ribeiro (SEPORT-PE).

Ausências justificada: Nilson Barreiro (SIEDI) e Maria Fernanda Palanch (CCTA/ UNIMONTE).

Ausências: SEGOV e FPTS.

Convidados: Thamyres Medina (SEMAM), Marta Flores (SIEDI), Débora Freitas (CCTA/ UNESP), Juliana Freitas (SECLIMA).

MEMÓRIA DA REUNIÃO

Pauta da Reunião:

1. Leitura e aprovação das atas anteriores,
2. *CDP – Carbon Disclose Project*,
3. Plano Regional de Adaptação e Resiliência da Baixada Santista;
4. Assuntos gerais.

No item 1, a Ata será aprovada na próxima reunião.

No item 2, Sra. Greicilene apresentou a todos um breve resumo sobre o *reporte* de Santos junto ao *Disclosure Inside Action* (CDP) que, em colaboração com o ICLEI – Governos Locais para a Sustentabilidade, possuem a maior plataforma global de monitoramento de ações climáticas e ambientais, sendo que participar de seu questionário/reportage assiduamente implica em grande visibilidade internacional, além de mentorias e

outros possíveis benefícios. Informou que esses questionários anuais resultam em uma pontuação que consiste da colocação de +A a -D. Exemplificou que Santos iniciou sua participação em 2016, não atingindo pontuação, por se tratar do primeiro *reporte*, em 2018 foi para D e em 2021 subiu para B, demonstrando um amadurecimento do Município em relação à temática. Participou também sobre os quesitos Adaptação e Mitigação do mais recente *reporte*, onde o Município possui um B em Adaptação e um D em Mitigação. Sra. Greicilene discorreu que o fato de Santos ainda não possuir um Inventário de Gases de Efeitos Estufa (GEE), implica para que este não obtenha uma melhor posição em Mitigação. Explicou que as avaliações são divididas em 05 módulos: Governança, Avaliação, Metas, Planejamento e Ações e estes estão alinhados com outras iniciativas, como: *Global Covenant of Mayors Common Reporting Framework* (CRF), *Race to Resilience*, *Race to Zero*, *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD), Pacto Climático Europeu, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Agradeceu aos membros da CMMC que responderam às questões enviadas para preenchimento do *reporte* 2022 e sugeriu uma organização, devido à extensão e complexidade do questionário, para o ano de 2023, propondo que as questões sejam enviadas com maior antecedência a cada setor para avaliação e resposta às perguntas de seu domínio e assim contribuam para o próximo *reporte*. Também colocou a SECLIMA à disposição para sanar quaisquer dúvidas durante o processo.

Sr. Eduardo agradeceu a apresentação e completou que a ONU escolheu essa plataforma para que todos os países tivessem conhecimento de seus desenvolvimentos em torno do meio ambiente. Lembrou que estão em busca de financiamento e sem o alinhamento CDP-ICLEI é impossível (Não é Elegível).

Sr. Adilson perguntou se existe o cruzamento de ODS e CDP-ICLEI.

Sra. Eduardo respondeu que sim e Sra. Greicilene complementou ressaltando que questões sociais ligadas à agenda 2030 da ODS como pobreza energética serão pontuadas no próximo questionário.

No Item 3, Sr. Eduardo participou que o PMMCS, de 2016, após sua fase de revisão e atualização, foi apresentado como PACS (Plano de Ação Climática de Santos). Informou do plano ser referência dentro do estado de São Paulo, e que o mesmo foi divulgado na COP26 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas). Participou que devido a este trabalho, em parceria com a equipe técnica da GIZ, houve a oportunidade de levar o plano ao governo do estado que, com base neste, criou o projeto “Municípios Paulistas Resilientes”, conduzindo planos de adaptação e resiliência para todos os municípios do estado. Informou da formação do Projeto Piloto, que conta com todos os municípios da Baixada Santista para desenvolver o plano regional, além de outros 13 municípios selecionados para desenvolver seus planos locais

e que está ocorrendo capacitação com a dinâmica de cocriação do plano regional da Baixada Santista. Explicou que foi levado em conta para seleção, indicadores de resiliência como boa governança, recursos financeiros, planejamento territorial e infraestrutura, avaliações de riscos climáticos, serviços ecossistêmicos e naturais e instrumentos de alerta e resposta para o tema de mudanças climáticas. Explicou que o projeto Municípios Paulistas Resilientes trata-se de um projeto que visa disponibilizar e tornar acessível a base de dados do estado para que as prefeituras possam identificar vulnerabilidades relacionadas à mudança do clima, representando assim a oportunidade de discutir e propor políticas e ações relacionadas à adaptação e à resiliência climática a partir do compartilhamento de experiências, informações e boas práticas. Dos objetivos do plano regional comunicou dos 3 pontos: 1. Desenvolver análises de ameaças, perigos e riscos climáticos, 2. Apoiar a interpretação e análise das modelagens climáticas para a Baixada Santista e 3. Integrar os resultados da capacitação ministrada pela CETESB especializando-os e interpretando-os à luz das modelagens climáticas, quando possível. Da abordagem, informou que foi produzido um guia de adaptação e resiliência climática para municípios e regiões, onde há um passo a passo para criação de um plano de ação climática para cada município. Dos resultados esperados participou de 4 pontos: 1. Plano Regional de Adaptação e Resiliência Climática da Baixada Santista (lente climática, risco climático, identificação de medidas, seleção e priorização, implementação, monitoramento e avaliação, e comunicação), 2. Integração do Plano Regional com o Plano de Adaptação e Resiliência Climática do Estado de São Paulo, 3. Uso da base de dados georreferenciados para o planejamento territorial e para subsidiar decisões, e 4. Aumento da resiliência climática na região. Informou das ferramentas disponíveis, sendo banco de dados e projeções climáticas com informações disponíveis através do governo do estado, em ambiente virtual de análises (AVA), guia, roteiro e matrizes. Outras informações encontram-se disponíveis através do link <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/municipiosresilientes>.

Sr. Adilson perguntou sobre quais entidades participam sobre o plano regional.

Sr. Eduardo participou que além dos municípios, participam GIZ, Imaflores, SIMA/SP, CETESB, IPT, além de outros pares que já trabalham com a CMMC.

Sra. Greicilene participou que, de acordo com o desenho traçado pelo governo do estado de São Paulo e pelo CONDESB, esse assunto será acompanhado pela câmara técnica de meio ambiente e saneamento do CONDESB, com a liderança da AGEM na parte técnica, para que todo material coletado ao longo das capacitações e assessorias possam resultar em uma minuta de plano que deve ser apreciada pelo CONDESB.

Em Assuntos Gerais, Sr. Adilson participou das funções da SEPORT-PE (relação Cidade-Porto), e que existem duas iniciativas do Porto de Santos relacionadas à CMMC e questões ambientais, com expectativa de compartilhamento de dados, sendo uma delas relacionadas à GIZ e estudo para avaliar riscos climáticos no sistema portuário nacional. Informou que, em relação ao monitoramento ambiental do Porto, encontram-se operacionais 5 unidades de monitoramento de Gases de Efeito Estufa e outros poluentes, e que esses dados ainda não foram tratados, porém encontra-se próxima a etapa de seu compartilhamento. Concluiu que solicitará uma apresentação sobre o assunto à CMMC e ao COMDEMA.

Sr. Eduardo agradeceu pela atualização das informações, pontuou sobre o estudo da GIZ nos portos, que iniciou com uma solicitação da CMMC, é de ciência da comissão. Participou da questão do monitoramento ambiental (de Gases de Efeito Estufa e outros poluentes) do Porto de Santos, que também iniciou por indicação da CMMC, e adicionou que esse monitoramento ambiental tratava, no início, apenas de emissão de outros poluentes, porém o Sr. Adilson informou que o monitoramento inclui GEE.

Sra. Greicilene destacou a importância das informações para a construção do Inventário de Gases de Efeito Estufa de Santos.

Sr. Eduardo informou que entre os dias 10 a 15 de Outubro ocorrerá, em Santos, o evento da UNESCO “Diálogos da Cultura Oceânica” e que está em discussão a apresentação de resultados referentes às mudanças climáticas durante a realização do evento.

Sem mais nada a ser tratado no momento, a reunião foi encerrada.

EDUARDO KIMOTO HOSOKAWA
VICE COORDENADOR DA CMMC